

GRUPAMENTO DE APOIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

Estudo Técnico Preliminar 109/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: DNR 7048

2. Descrição da necessidade

O Instituto de Controle do Espaço Aéreo (ICEA) é a organização, subordinada ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), que tem por finalidade capacitar recursos humanos e realizar estudos e pesquisas no âmbito do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro e abrangem as seguintes áreas: Tráfego Aéreo; Informações Aeronáuticas; Navegação Aérea; Inspeção em Voo; Busca e Salvamento; Meteorologia; Climatologia Aeronáutica; Informática; Telecomunicações e Eletrônica.

É no ICEA, por exemplo, que os controladores de tráfego aéreo, através de meios sofisticados de simulação, exercitam-se em operações e cenários projetados segundo as necessidades cotidianas dos centros de controle brasileiros e onde também são formados e reciclados técnicos de manutenção de todos os equipamentos do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB). Além das atividades de ensino, o Instituto desenvolve pesquisas, estudos e projetos de interesse do SISCEAB, em consonância com o que há de mais avançado para a racionalização e economia dos meios e processos utilizados pelo DECEA.

Para o funcionamento de toda esta estrutura, tão importante e crucial para a segurança do espaço aéreo brasileiro, são necessários materiais e equipamentos que permitam às diversas equipes trabalharem com a máxima eficiência e celeridade.

No intuito de suprir essa demanda, o presente planejamento visa a aquisição de material de consumo para os setores de Direção, Ensino e Administração do ICEA.

O presente estudo técnico preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento do objeto que consta no Documento de Formalização de Demanda, evidenciando o problema identificado e a real necessidade da administração.

A Divisão de Ensino tem como função planejar, supervisionar, coordenar e controlar a execução dos projetos e atividades de formação, pós-formação, capacitação e treinamento do SISCEAB, de acordo com as orientações do DECEA.

O setor de Administração do ICEA tem como incumbência prestar apoio administrativo, técnico e de infraestrutura necessários ao funcionamento do ICEA. Este setor é composto por subdivisões, tais como, Subdivisão Técnica, de Infraestrutura, de Intendência e de Recursos Humanos, este último abriga a Seção de Documentação, Arquivos e Biblioteca, responsável pela gestão documental do Instituto, responsável pela gestão documental do Instituto.

Além da área administrativa, o setor administrativo conta com um Hotel, o qual é destinado para estadia de alunos e instrutores dos diversos cursos do SISCEAB ministrados no ICEA. Devido ao alto fluxo de pessoas, durante todo ano, é imprescindível a aquisição de materiais que garantam a qualidade dos serviços prestados aos hóspedes.

Na Direção do Instituto, há o setor de Comunicação Social, responsável pela gestão de todos os eventos institucionais do ICEA, bem como toda comunicação externa.

Desta forma, há a necessidade de aquisição de itens institucionais, que proporcionem conforto aos visitantes do Instituto.

Finalmente, este planejamento visa a inclusão de todos os itens de materiais de consumo para manutenção da vida vegetativa da Unidade, os quais estão detalhados no respectivo Termo de Referência.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
AISE – Seção de Serviços Especiais do ICEA	JULIANA OLIVEIRA DE SOUZA 2º Ten QOCON ADM

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos da contratação abrangem a aquisição de materiais de consumo para a manutenção da Unidade, conforme características técnicas e quantidades descritas no Termo de Referência nos autos do processo processo.

A descrição dos bens a serem adquiridos neste processo contém as especificações necessárias e suficientes para garantir a qualidade da contratação e atendimento às necessidades técnicas de disponibilidade acessibilidade e qualidade para este Instituto, não constando condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação ou ainda, impertinente ou irrelevantes o objetivo da contratação, sendo também observadas as normas e referências existentes aplicáveis ao objeto.

5. Levantamento de Mercado

Ao analisar o mercado, verificamos duas opções para a solução da demanda: Locação de bens ou aquisição de bens.

A locação de bens, quando de curto prazo, pode otimizar o fluxo orçamentário da Administração Pública, permitindo a destinação de recursos para aquisições prioritárias e serviços essenciais. No entanto, a aquisição, especialmente em períodos mais longos, representa uma opção mais vantajosa, pois possibilita o pagamento do bem em prazo reduzido, sua incorporação ao patrimônio público e eventual alienação futura por meio de leilão, garantindo maior eficiência e economicidade na gestão dos recursos. Ademais, para materiais de consumo, de uso imediato, não modalidade torna-se inviável.

Sendo assim, a aquisição de bens é a forma mais utilizada e comum para os órgãos públicos, que e se mostra mais vantajosa economicamente. Os preços unitários que deram origem ao valor do Orçamento Estimado de Referência para aquisição dos materiais foram extraídos de pesquisa aos bancos de preços e ao Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), conforme documentos instrutórios desse processo licitatório.

Os bens demandam uma logística de baixa complexidade no seu deslocamento, cujos custos de entrega até o local determinado pelo contratante, bem como a montagem, devem estar inclusos no preço dos produtos.

Cumpramos ressaltar que o levantamento de mercado foi feito com base no que prescreve a Instrução Normativa nº 65/2021, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, conforme a sequência prioritária estabelecida no Art. 5º:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

6. Descrição da solução como um todo

Diante das possibilidades para solucionar o problema, a contratação pretendida abrange a aquisição de MATERIAIS DE CONSUMO para as Divisões de Administração, Ensino e Pesquisa do Instituto, conforme constam detalhados no Termo de Referência.

Com base no item acima, conclui-se que a solução mais vantajosa será a aquisição de materiais de consumo por meio da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, garantindo a adequada alocação de recursos e a eficiência no atendimento das necessidades institucionais.

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Desta forma, esta contratação materiais torna-se imprescindível para que o Instituto de Controle do Espaço Aéreo continue cumprindo com a sua missão de “capacitar recursos humanos e realizar pesquisas e desenvolvimentos na esfera do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB).”

Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Instituto de Controle do Espaço Aéreo, localizado à Praça Mar. Eduardo Gomes, 50 – Vila das Acácias, São José dos Campos – SP, CEP 12228-903, no horário das 09h às 17h, de segunda a quinta-feira, e das 08h às 12h, na sexta-feira.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Conforme documento "Memória de Cálculo", constante deste processo.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 60.035,65

O valor da contratação é de R\$ **60.035,65** (sessenta mil, trinta e cinco reais e sessenta e cinco centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Para a presente licitação, se prevê o parcelamento da solução, preservando-se o princípio da divisibilidade da solução.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Trata-se de contratação alinhada ao Plano Anual de Contratações do ICEA e contida nas diretrizes específicas do Programa de Trabalho Anual (PTA 2026).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Busca-se com a presente aquisição a renovação de materiais de consumo do Instituto. Ressalta-se que as quantidades foram planejadas com base nas demandas históricas e necessidades de reposições dos estoques do material, considerando suas vidas úteis, não superiores há 02 (dois) anos, conforme estabelecido nos diversos Módulos Eletrônicos do Regulamento de Administração da Aeronáutica.

Tal fator é de extrema importância na manutenção da segurança do espaço aéreo brasileiro e uma meta estratégica do DECEA, contribuindo com a assertividade e celeridade dos trabalhos realizados.

Portanto, este Instituto é de parecer que a contratação dos itens em tela atende ao interesse público e proporciona meios eficazes para o desempenho das atividades dos diversos setores do Instituto.

13. Providências a serem Adotadas

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no Termo de Referência deste processo.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Para os itens cuja atividade de fabricação é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6938, de 1981.

Os itens a serem fornecidos deverão ter sido produzidos de acordo com os critérios de sustentabilidade ambiental contidos na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SLTI/MPOG.

Todos os itens deverão ser transportados e acondicionados em meio de transporte e embalagens apropriados para cada tipo de material específico.

O fornecedor deverá observar o estabelecido no art. 5º da Instrução Normativa nº 01 de 2010, para adoção dos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

1 - Construir os bens descartáveis, inclusive embalagens (resíduos sólidos), no todo ou em parte por material reciclado, atóxico, biodegradável conforme normas da ABNT;

2 - Observar os requisitos ambientais para obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

3 - Acondicionar, preferencialmente, os bens em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4 - Atentar para que os produtos fornecidos não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazard ou Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

5 - Contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art 5º da Lei 14.133/21 e com o art. 6º, incisos I, IV e VI e art. 4º, inciso IX, da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010;

6 - Comprovar adoção do uso de madeira proveniente de manejo florestal responsável ou de reflorestamento nos itens que preveem tal especificação;

7 - Construir os bens descartáveis, inclusive embalagens (resíduos sólidos), no todo ou em parte por material reciclado, atóxico, biodegradável conforme normas da ABNT; e

8 - Observar os requisitos ambientais para obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

§ 1º Essas exigências buscam promover o uso de materiais que reduzam impactos ambientais, incentivando reciclagem, atoxicidade e biodegradabilidade para minimizar a geração de resíduos.

§ 2º A certificação pelo INMETRO garante padrões sustentáveis e menor impacto ambiental.

A redução do volume de embalagens e o uso de materiais recicláveis visam eficiência no transporte e sustentabilidade. A diretiva RoHS, ao restringir substâncias perigosas, protege a saúde e o meio ambiente, assegurando conformidade internacional. Essas exigências refletem o compromisso da administração pública com a responsabilidade socioambiental e práticas sustentáveis no ciclo de vida dos produtos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JULIANA OLIVEIRA DE SOUZA

Presidente da Comissão de Planejamento da Contratação

ROGERIO BARBOSA DA SILVA

Membro da Comissão de Planejamento da Contratação

RAQUEL GONCALVES DA SILVA DE ARAUJO FERNANDES

Membro da Comissão de Planejamento da Contratação



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	00 - ETP_120016-000109-2026 (1)
Data/Hora de Criação:	12/03/2026 14:10:44
Páginas do Documento:	5
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	6
Hash MD5:	a46bc007b58bee0bf243286a7607b75e
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten RAQUEL G. DA SILVA DE ARAÚJO FERNANDES no dia 12/03/2026 às 12:45:39 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap ROGÉRIO BARBOSA DA SILVA no dia 12/03/2026 às 13:26:43 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten JULIANA OLIVEIRA DE SOUZA no dia 12/03/2026 às 14:07:11 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten JULIANA OLIVEIRA DE SOUZA no dia 12/03/2026 às 14:08:33 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major VIVIANE MARTINS RIBEIRO no dia 13/03/2026 às 06:23:44 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel Cristiano de Uzêda Pinto no dia 13/03/2026 às 06:33:53 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO